



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMARCA DE ANÁPOLIS - 4ª VARA CRIMINAL**

Fórum - Av. Sen. José Lourenço Dias, nº 1311, 1º andar, Centro - Anápolis/GO - CEP: 75020-010
- Fone: [\(62\) 3902 - 8800](tel:(62)3902-8800)

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal de Competência do Júri
ANÁPOLIS - 4ª VARA CRIMINAL
Usuário: ANA PAULA VIEIRA SANTIAGO - Data: 22/03/2023 16:19:54

Autos n. 5562016-03.2020.8.09.0006

SENTENÇA

Trata-se de ação penal pública incondicionada ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás em desfavor de **MARIA APARECIDA LUCINDA VIEIRA**, já qualificado(a) nos autos em epígrafe, imputando-lhe a prática do crime de homicídio qualificado (motivo fútil e recurso que dificultou a defesa do ofendido), contra a vítima Willam Rafael Freitas Silva.

A pretensão ministerial foi acolhida em primeira fase do procedimento escalonado do júri e o(a) ré(u) foi pronunciado(a) como incurso(a) na sanção do art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 29, *caput*, ambos do Código Penal.

Submetido a julgamento, o(a) presentante do Ministério Público sustentou sua argumentação parcialmente nos moldes da pronúncia, vez que pleiteou pelo reconhecimento do homicídio privilegiado, bem como o da qualificadora consistente no recurso que dificultou a defesa da vítima.

A Defesa, por sua vez, sustentou o reconhecimento do homicídio privilegiado e, alternativamente, pugnou pela concessão do perdão judicial.

O Conselho de Sentença, em resposta aos quesitos formulados na primeira série, reconheceu a materialidade do fato. Exposto o quesito absolutório, este foi negado pelos jurados. Por fim, reconheceu o privilégio e rejeitou a qualificadora consistente no recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

No tocante a qualificadora do motivo fútil, face a incompatibilidade com o privilégio, não foi votada, vez que prejudicada.

Ante o exposto e acolhendo o veredito soberano do Tribunal do Júri, expressado por este Egrégio Conselho de Sentença, conforme proclama o artigo 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal, declaro o(a) ré(u), **MARIA APARECIDA LUCINDA VIEIRA, CONDENADA** nas sanções do artigo 121, §1º, Código Penal.

Em face do veredito condenatório e atentando-me às determinações do artigo 68 c/c artigo 59, ambos do Código Penal, passo à dosimetria da pena, estabelecendo-a conforme seja necessária e suficiente à reprovação e prevenção do crime.



1ª Fase: Observe as circunstâncias judiciais constantes no artigo 59 do Código Penal

Culpabilidade: É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que a quantidade excessiva de golpes de faca desferidos contra a vítima, como no caso concreto em que foram desferidas 08 (oito) facadas, é fundamento idôneo para a valoração negativa da circunstância da culpabilidade (STJ- AgRg no AREsp: [1084313](#) TO [2017/0091403-2](#), Relator: Ministro Rogério Schietti Cruz, Data de Julgamento 26/03/2019, T6- Sexta Turma, Data de Publicação: DJe 04/04/2019).

Antecedentes: Primária, portanto, não será valorado.

Conduta Social: não há elementos robustos para aferi-la, razão pela qual deixo de apreciá-la.

Personalidade: elemento interno da conduta, diz respeito à índole, maneira de agir do réu, bem como o seu próprio caráter. Não há registros ou laudos técnicos apropriados nos autos que permitissem uma aferição deste elemento, razão pela qual deixo de valorá-lo.

Motivos: estão circunscritos no próprio tipo legal, de modo não podem ser considerados em desfavor do réu.

Circunstâncias: coincidem com as elementares do tipo.

Consequências: são graves, pois resultou na morte da vítima, contudo não desfavorece o sentenciado por integrar o tipo penal.

Comportamento da vítima: não pode ser interpretado para o lamentável desfecho.

Com efeito, considerando as circunstâncias analisadas individualmente e devidamente valoradas negativamente, aumento a pena base em 1/6 para cada uma delas, nos moldes do entendimento esposado STJ – AgRg no AREsp nº 2.035.357/TO.[1]

Considerando a quantidade de circunstâncias judiciais desfavoráveis fixo a pena base em 07 (sete) anos de reclusão.

2ª Fase: Circunstâncias atenuantes e agravantes

No caso, presente a circunstância atenuante prevista no art. 65, inciso II, alínea “d”, do Código Penal, qual seja, a confissão.

Por outro lado, presente também a circunstância agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea “e”, do Código Penal, qual seja, ter o agente cometido o crime contra ascendente.

Por tais razões, face a preponderância daquela circunstância atenuante, qual seja, a confissão, atenuo a pena em 1/12, ao que fica dosada nesta fase em 6 (seis) anos e 5 (cinco) meses.

3ª Fase: Causas de aumento e diminuição de pena

Em razão do reconhecimento do homicídio privilegiado (art. 121, §1º – sob domínio de violenta emoção, logo em seguida injusta provocação da vítima), diminuo a pena em 1/6, pois presente a desproporcionalidade da reação do réu em relação à provocação da vítima, pelo que não vislumbro nível extremo de emoção capaz a justificar a diminuição em outro patamar.

Com efeito, fica a pena dosada em 5 (cinco) anos, 4 (quatro) meses e 10 (dez dias) de reclusão como definitiva.

O regime fixado para início do cumprimento da reprimenda é o inicialmente **semiaberto**, em atenção



ao disposto no art. 33, § 2º, "b", do Código Penal.

Inaplicável a conversão da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, a teor do disposto no artigo 44, do Código Penal.

Incabível também o benefício do sursis, estabelecido no artigo 77 do mencionado Código, haja vista o quantum da pena neste ato fixada.

Fixação mínimo indenizatório

Pontua-se neste viés que, em posicionamento diametralmente oposto ao sopesado anteriormente, o Superior Tribunal de Justiça, em recente julgado[2] -, ponderou pela necessidade do julgador fixar, ainda que não tenha havido pedido expresso do órgão ministerial, mínimo indenizatório como forma de efetivar e potencializar à reparação dos danos causados pelo ilícito penal.

Assim, fixo, como valor mínimo indenizatório a quantia de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em favor da família da vítima.

Da prisão cautelar / Direito de recorrer em liberdade

Considerando a ausência de fundamentos para a decretação da prisão neste momento processual, bem como pelo fato de que as medidas cautelares impostas se mostraram suficientes, alinhado a inexistência de cometimento de outros delitos, **CONCEDO A SENTENÇA O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE.**

Da detração penal - Artigo 387, § 4º, do Código de Processo Penal

Determino o abatimento do tempo de prisão provisória na pena imposta, após a formação dos autos de execução penal, vez que não haverá mudança no regime prisional face à quantidade de pena que ainda restará.

Após o trânsito em julgado:

- a) Expeça-se Guia de Execução Definitiva.
- b) Oficie-se ao TRE comunicando a condenação transitada em julgado (artigo 15, inciso III, CF/88).
- c) Cumpra-se o disposto no art. 809, § 3º, CPP, procedendo-se ao registro no Sistema Nacional de Identificação Criminal – SINIC.
- d) Eventuais objetos vinculados aos presentes autos, não havendo requerimento, encaminhe-se à destruição, expedindo-se o necessário.

Custas na forma da lei.

DOU ESTA POR PUBLICADA neste Plenário de Sessão de Julgamento e todos presentes por intimados.

Registre-se. Cumpra-se.

SALA DAS SESSÕES do TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE ANÁPOLIS, aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e três (22/03/2023).



FERNANDO AUGUSTO CHACHA DE REZENDE**Juiz de Direito Presidente do Tribunal do Júri**

[1]PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL GRAVE. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PENA-BASE. DESVALOR DA CULPABILIDADE E DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. EXASPERAÇÃO EM 1/3. LEGALIDADE. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA QUE NÃO JUSTIFICA ACRÉSCIMO SUPERIOR A 1/6. CONTINUIDADE DELITIVA. PATAMAR DE AUMENTO. NÚMERO DE CRIMES COMETIDOS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a exasperação da pena-base, pela existência de circunstâncias judiciais negativas, deve seguir o parâmetro da fração de 1/6 para cada circunstância judicial negativa, fração que se firmou em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. No caso concreto, a Corte de origem majorou a pena-base no dobro, em razão o desvalor da culpabilidade e das consequências do crime, o que representa um acréscimo em fração superior a 1/6, que não se mostra proporcional, uma vez que não há gravidade maior às referidas circunstâncias judiciais, mostrando-se mais razoável a fração de 1/6 para cada vetorial negativa. 2. O nosso Código Penal não estabelece limites mínimo e máximo de diminuição de pena a serem aplicados em razão de circunstâncias atenuantes e agravantes, cabendo à prudência do magistrado fixar o patamar necessário, dentro de parâmetros razoáveis e proporcionais, com a devida fundamentação. Nesse contexto, a jurisprudência deste Superior Tribunal firmou-se no sentido de que o aumento para cada agravante ou de diminuição para cada atenuante deve ser realizado em 1/6 da pena-base, ante a ausência de critérios para a definição do patamar pelo legislador ordinário, devendo o aumento superior ou a redução inferior à fração paradigma estar concretamente fundamentado. [...]. (AgRg no AREsp n. 2.035.357/TO, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 29/3/2022, DJe de 31/3/2022.)

[2]DIREITO PROCESSUAL PENAL. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO PARA COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS SOFRIDOS PELA VÍTIMA DE INFRAÇÃO PENAL.

O juiz, ao proferir sentença penal condenatória, no momento de fixar o valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), pode, sentindo-se apto diante de um caso concreto, quantificar, ao menos o mínimo, o valor do dano moral sofrido pela vítima, desde que fundamente essa opção. De fato, a legislação penal brasileira sempre buscou incentivar o ressarcimento à vítima. Essa conclusão pode ser extraída da observação de algumas regras do CP: a) art. 91, I - a obrigação de reparar o dano é um efeito da condenação; b) art. 16 - configura causa de diminuição da pena o agente reparar o dano ou restituir a coisa ao ofendido; c) art. 65, III, "b" - a reparação do dano configura atenuante genérica, etc. Mas, apesar de incentivar o ressarcimento da vítima, a regra em nosso sistema judiciário era a separação de jurisdição, em que a ação penal destinava-se à condenação do agente pela prática da infração penal, enquanto a ação civil tinha por objetivo a reparação do dano. No entanto, apesar de haver uma separação de jurisdição, a sentença penal condenatória possuía o status de título executivo judicial, que, no entanto, deveria ser liquidado perante a jurisdição civil. Com a valorização dos princípios da economia e celeridade processual e considerando que a legislação penal brasileira sempre buscou incentivar o ressarcimento à vítima, surgiu a necessidade de repensar esse sistema, justamente para que se possa proteger com maior eficácia o ofendido, evitando que o alto custo e a lentidão da justiça levem a vítima a desistir de pleitear a indenização civil. **Dentro desse novo panorama, em que se busca dar maior efetividade ao direito da vítima em ver ressarcido o dano sofrido, a Lei n. 11.719/2008 trouxe diversas alterações ao CPP, dentre elas, o poder conferido ao magistrado penal de fixar um valor mínimo para a reparação civil do dano causado pela infração penal, sem prejuízo da apuração do dano efetivamente sofrido pelo ofendido na esfera cível. No Brasil, embora não se tenha aderido ao sistema de unidade de juízo, essa evolução legislativa, indica, sem dúvidas, o reconhecimento da natureza cível da verba mínima para a condenação criminal. Antes da alteração legislativa, a sentença penal condenatória irrecorrível era um título executório incompleto, porque embora tornasse certa a exigibilidade do crédito, dependia de liquidação para apurar o quantum devido. Assim, ao impor ao juiz penal a obrigação de fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pelo delito, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, está-se ampliando o âmbito de sua jurisdição para abranger, embora de forma limitada, a jurisdição cível, pois o juiz penal deverá apurar a existência de dano civil, não obstante pretenda fixar apenas o valor mínimo. Dessa forma, junto com a sentença penal, haverá uma sentença cível líquida que, mesmo limitada, estará apta a ser executada. E quando se fala em sentença cível, em que se apura o valor do prejuízo causado a outrem, vale lembrar que, além do prejuízo material, também deve ser observado o dano moral que a conduta ilícita ocasionou. E nesse ponto, embora a legislação tenha introduzido essa alteração, não regulamentou nenhum procedimento para efetivar a apuração desse valor nem estabeleceu qual o grau de sua abrangência, pois apenas se referiu à "apuração do dano efetivamente sofrido". Assim, para que se possa definir esses parâmetros, deve-se observar o escopo da própria alteração legislativa: promover maior eficácia ao direito da vítima em ver ressarcido o dano sofrido. Assim, considerando que a norma não limitou nem regulamentou como será quantificado o valor mínimo para a indenização e considerando que a legislação penal sempre priorizou o ressarcimento da vítima em relação aos prejuízos sofridos, o juiz que se sentir apto, diante de um caso concreto, a quantificar, ao menos o mínimo, o valor do dano moral sofrido pela**



vítima, não poderá ser impedido de o fazer. REsp 1.585.684-DF, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 9/8/2016, DJe 24/8/2016.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal de Competência do Júri
ANÁPOLIS - 4ª VARA CRIMINAL
Usuário: ANA PAULA VIEIRA SANTIAGO - Data: 22/03/2023 16:19:54



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 22/03/2023 16:14:57

Assinado por FERNANDO AUGUSTO CHACHA DE REZENDE

Validação pelo código: 109687635432563873201037065, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>